

As Cores da Extensão

DIREITO PARA TODOS



Projeto Participação Popular

FACULDADE DE DIREITO

PARTICIPAÇÃO
POPULAR DIANTE
DA POLÍTICA
NACIONAL P.2

A LINGUAGEM
JURÍDICA COMO
OBSTÁCULO AO
ACESSO A JUSTIÇA P.5

PROEX 
Pró-Reitoria de Extensão da UERN



Quando a participação faz a diferença

Projeto de extensão da UERN atua em escolas públicas fomentando a participação popular como ferramenta de combate à corrupção



Folhas e mais folhas com assinaturas de mais de um milhão de eleitores foram entregues na Câmara dos Deputados, em setembro de 2009, como resultado de uma campanha nacional por “eleições mais limpas”. Foi através da mobilização social que começava ali a tramitação da Lei da Ficha Limpa, que entrou em vigor em 2010, e tornou-se um dos quatro projetos de iniciativa popular a virar lei.

Cidadãos que são conhecedores do que acontece na administração de suas cidades, estados, e de seu país são capazes de cobrar dos governantes e propor melhorias como essas - uma democracia forte só acontece quando há a participação de todos. Um dos gran-

des estímulos à ampliação dessa participação política dos cidadãos foi a instituição da Lei de Acesso à Informação (LAI), que exige dos órgãos e atores do poder público maior publicidade dos seus atos. Desde que a transparência pública ganhou força com essa lei, a relação entre a sociedade e seus representantes se tornou mais próxima; apenas no Portal da Transparência, mantido pelo governo federal, foram mais de 21,6 milhões de visitas em 2016, segundo dados do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU).

O prof. Dr. Leonardo Avritzer, membro do Conselho Consultivo da

Associação Internacional de Ciência Política (IPSA - International Political Science Association), em seu estudo sobre o Ministério Público e a Polícia Federal, mostra que o controle e fiscalização da prestação de conta de instituições governamentais são horizontais, pois são os órgãos de Estado que se fiscalizam mutuamente. Por isso é necessário que a sociedade exerça seu controle diretamente sobre as instituições de Estado, através da participação popular - tendo em vista que os maiores prejudicados diante da corrupção é o povo.

É levando em conta essas questões que o projeto de extensão “Participação popular como instrumento de com-

bate à corrupção: educação e exercício da cidadania” foi implementado pela Faculdade de Direito-FAD da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, com a coordenação do professor David Leite e a colaboração das professoras Ana Moraes e Ana Remígio. O intuito é contribuir tanto na formação humanística dos alunos graduandos do curso de direito como na dos estudantes do ensino médio da rede estadual, que por meio da prática de exercícios que tratam os conceitos de estado, cidadania e corrupção aliados à produção literária, teriam uma maior consciência acerca da participação popular como instrumento de combate à corrupção.

Projeto Participação Popular



O projeto foi idealizado pelo professor David Leite, em 2017, no Campus Avançado de Natal, disponibilizado para atender duas escolas públicas da cidade. No primeiro semestre de 2018, com a abertura do edital de submissão para novos projetos de extensão, o mesmo foi implantado no campus de Mossoró. “O projeto vislumbra o papel dos alunos de ensino médio e fundamental perante o futuro da sociedade, e busca promover a conscientização acerca da participação popular como instrumento de combate à corrupção, tendo em vista que a participação popular é a premissa máxima de um Estado Democrático de Direito”, diz o coordenador.

A conscientização pautada na formação do pensamento crítico é feita pelos estudantes de direito que compõem o projeto; eles vão até as escolas públicas falar sobre os temas que permeiam a participação popular de forma acessível e dinâmica. “O primeiro

passo foi ir até as escolas - que selecionamos previamente - para falar sobre o nosso interesse de executar o projeto lá, as escolas toparam, mas antes de pôr em prática as atividades, iniciamos uma capacitação em oficinas, que foram divididas em três módulos: direito e estado; cidadania; literatura e produção textual. Cada uma das oficinas tem um professor específico (David, Ana Moraes e Ana Remígio, respectivamente) e o propósito é nos instruir a como passar esses conteúdos, para que os alunos das escolas consigam apre-

der as informações com facilidade”, conta Patrício Silva, aluno do 8º período e voluntário do projeto.

Além de Patrício, o projeto tem, atualmente, mais quatro alunos voluntários que se dividem em grupos para atender a duas escolas selecionadas: a Escola Estadual Moreira Dias e a Escola Estadual Aída Ramalho Cortez Pereira, escolhidas devido ao número elevado de alunos que possuem e por estarem localizadas em diferentes pontos da cidade, além da concordância delas em fazer parte da proposta.

Importância da participação popular diante da política nacional

“O atual momento político no Brasil traz, por um lado, a marca da reestruturação das forças políticas conservadoras, e por outro lado, a afirmação da necessidade de resistência e defesa do Estado de Direito instaurado com a Constituição de 1988, consolidação da democracia e de políticas públicas que materializam a conquista de direitos de cidadania, sobretudo dos coletivos sociais com histórico cumulativo de desvantagens econômicas, sociais e culturais. Em meio a essa polarização há os problemas da corrupção e as controvérsias das formas como a apuração de tais denúncias têm ocorrido. As fragilidades da participação política e da formação de valores pautados na perspectiva da cidadania, da democracia e da afirmação de direitos tem se revelado de forma desastrosa, seja pelo consumo de fake news - dado a incapacidade de recepção e análise das mensagens, seja pelas diversas formas de manifestações da intolerância com as diferenças sociais e culturais, preconceito e violência no espaço escolar. Desse modo, contribuir com a discussão e formação de valores relacionados à ética, ao respeito às diferenças, ao exercício da cidadania coletiva, a participação política, a construção de uma cultura de paz e de vivência dos direitos humanos, ao estímulo à leitura e a escrita reflexiva é importante na formação da juventude.”

(Professora colaboradora do projeto, Ana Moraes)

Atuação nas escolas

Após a capacitação realizada nas oficinas, os alunos participantes ganham autonomia e confiança para executar o projeto. Os encontros nas escolas acontecem, normalmente, de quinze em quinze dias, com duração de 50 minutos. “Antes de irmos até as escolas, nós fazemos um planejamento de aula e separamos os pontos que são importantes a serem apresentados, depois dividimos entre o grupo o que cada um vai falar. Também levamos vídeos e atividades dinâmicas para facilitar no entendimento do assunto”, diz Raquel Maximino, aluna do 7º período do curso de direito e voluntária do projeto.

Os alunos alvos são adolescentes de 14 a 17 anos e, através desse contato com os universitários e das disciplinas

aplicadas em sala de aula, aprendem a importância da atuação popular na política e que ser cidadão é muito mais do que apenas votar. O projeto também fez com que esses alunos passassem a ver a universidade com outros olhos: “antes eles viam como algo distante, mas quando eles nos veem ali, e sabem que somos universitários, eles percebem que a universidade não está tão longe deles”, relata Raquel.

A temática voltada para questões políticas, para literatura e a produção textual também são grandes aliados na preparação para o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). “Nós trabalha-

hamos muitos autores contratualistas que caem na prova, e sempre levamos algum poema ou cordel para que eles possam ir se familiarizando com a interpretação de texto”, conta Raquel. Além disso, para somar como experiência para os alunos, uma das propostas que os membros do projeto

almejam é estimular os alunos, após a finalização do conteúdo, a produzir algum material escrito - crônica, verso, cordel, história em quadrinho ou qualquer outra produção literária - sobre o que eles aprenderam, e a partir disso, selecionar algumas dessas produções para publicação.



Ensino, pesquisa e extensão

O grupo de alunos que compõe o projeto também pretende fazer algumas publicações de pesquisas e levantamentos de dados acerca da realidade social, econômica e de rendimento escolar dos alunos. “O projeto me tornou interessado em produzir pesquisa, pois antes eu pretendia apenas seguir a carreira jurídica, e através dele passei a considerar a docência”, conta Patrício.

Outro diferencial do projeto é priorizar uma linguagem de fácil entendimento, algo que difere do direito convencional, que tende a ser dogmático. “Quando eu vi essa proposta eu me apaixonei, porque ela foge muito do que a gente vê em sala de aula. Essa é a importância das oficinas, pois aprendemos melhores formas de acessibilizar à educação. Esse tipo de projeto de extensão vem justamente para humanizar nosso curso e para nos humanizar”, diz a aluna Raquel. Além disso, o projeto permite que os alunos de direito deem um retorno a sociedade - que através dos impostos pagos, permite que a universidade gratuita exista - , mostrando que ser cidadão é bem mais do que votar.

Para o aluno de direito, que

faz parte do projeto, há a vantagem de aprimorar técnicas pouco trabalhadas dentro da graduação: a organização dos temas; a preparação das aulas; a negociação com as escolas; e a condução metodológica dos debates. E também há “o aprendizado da formação do pensamento crítico, do compromisso social ético com a seriedade da gestão

do bem público, com uma cultura de paz e de vivência dos direitos humanos que é fundamental para o exercício profissional em qualquer área do conhecimento, porém para os profissionais relacionadas à operação dos Direitos é ainda mais relevante”, como diz a professora colaboradora do projeto, Ana Moraes.

Além disso, o fomento da participação popular na gestão e nas tomadas das decisões, proposto pelo projeto, é um grande auxílio ao trabalho dos governantes, pois permite que a Administração Pública tenha mais eficiência e proatividade na execução de suas ações, assim como um maior comprometimento social.



A LINGUAGEM JURÍDICA COMO OBSTÁCULO AO ACESSO À JUSTIÇA

“Dentro da esfera jurídica a comunicação é a responsável por veicular o conhecimento em todas as esferas sociais, e é importante que essa linguagem seja acessível e inteligível entre os atores sociais, pois a mesma democratiza o conhecimento do direito e aproxima o cidadão das estruturas e mecanismos de realização da justiça. Como diz o poeta Thiago de Mello, “Falar difícil é fácil, falar fácil é que é difícil”. Militar pela causa da “facilitação” da linguagem empregada pelos juristas, estudantes e advogados é um nobre empreendimento. A verdade é que a comunicação jurídica elitizada traz certo status aparente viciante e vicioso, alimentando uma cultura arraigada e difícil de ser mudada, mas que deve ser combatida, pois lutar pela acessibilidade da linguagem é necessário para a existência de uma sociedade participativa e democrática.”

(Professora Doutora Samene Batista)

UERN:
Reitor: Prof. Dr. Pedro Fernandes
Vice-reitor: Prof. Dr. Fátima Raquel
Pró reitor de extensão: Prof. Dr. Emanuel Márcio
Pró reitor adjunto: Prof. Dr. Fabiano Mendes
Coordenador: Demóstenes Targino

Expediente:
Produção do texto: Amanda Verissimo
Edição de texto: Demóstenes Targino
Revisão ortográfica: Ricardo Alves
Diagramação: Amanda Verissimo
Arte: Jorge Henrique

Críticas, sugestões e indicações de projetos podem ser direcionados para:
Email: ascoresdaextensao@gmail.com
Telefone: 3316-0448